



**Assessoria à Implementação de Propostas de
Políticas Públicas de Fomento ao
Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional
nos Territórios do Estado de São Paulo**

**Mapeamento técnico para a região de articuladores
de São João da Boa Vista**

SUMÁRIO EXECUTIVO

S. J. da Boa Vista, 08 de janeiro de 2021

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Introdução

Este documento refere-se à primeira etapa do projeto conduzido em conjunto pelo **SEBRAE-SP** e a **Fundação Getulio Vargas – FGV** que tem como objetivo promover a discussão e implementação de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo. Para a implementação deste projeto o Estado de São Paulo foi dividido em 28 regiões¹, conforme apresentado a seguir, com destaque para a região de S. J. da Boa Vista, objeto deste documento.



Figura 1: Divisão regional do projeto

Nesta etapa é apresentado o **Mapeamento Técnico da Região de São João da Boa Vista**, o qual objetiva fornecer informações relevantes para construção de agenda de ação conjunta e sugestões de formulação e implementação de

políticas públicas ligadas a sete temas principais:

- ▣ Desenvolvimento Local e Regional;
- ▣ Compras Governamentais e da Agricultura familiar;
- ▣ Agentes de Desenvolvimento;
- ▣ Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios;
- ▣ Inovação no Setor Público e Economia Criativa;
- ▣ Legislações de Desburocratização e Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas; e
- ▣ Associativismo e Cooperativismo.

O diagnóstico conta com a descrição detalhada sobre três dimensões de análise, sendo que em cada uma das dessas alinha-se às questões referentes as sete diretrizes acima mencionadas:

- ▣ **Dimensão social:** compreende dados de demografia, educação, saúde, assistência social e índices de desenvolvimento humano;
- ▣ **Dimensão econômica:** contempla dados regionais sobre o Produto Interno Bruto (PIB), as vocações econômicas e o setor agropecuário; e

¹ As Regiões de Articuladores correspondem aos conjuntos de municípios que formam as áreas de atuação

e de aplicação dos Planos de Ação desenvolvidos no âmbito deste Projeto.

- ▣ **Dimensão institucional:** abrange dados fiscais recentes, o cenário de consórcios intermunicipais e de instrumentos de planejamento, bem como dados sobre inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais.

As fontes dos dados consistem, principalmente, em plataformas de dados públicos como os disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Receita Federal, entre outros, compreendidos em sua versão mais recente. Para tópicos específicos, como inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais, foram utilizados dados coletados em pesquisa primária realizada conjuntamente pela equipe especializada do SEBRAE-SP e a equipe técnica da FGV junto a uma amostra estadual de municípios.

Assim, a aproximação analítica com a região foi realizada com metodologia coerente com a proposta discutida com o SEBRAE-SP, visando produzir um diagnóstico regional capaz de direcionar a formação da agenda de políticas e a formulação do plano de ação que será aplicado posteriormente no decorrer do projeto.

2. A dimensão social

2.1 Características demográficas

A região é integrada por 16 municípios em cujo território vivem 503.718 habitantes, o que representa pouco mais de 1% da população do Estado de São Paulo.

Comparativamente às demais, essa região é a 23ª mais populosa do estado, embora seja formada por municípios com número de habitantes distintos. No ano de 2019, observa-se que S. J. da Boa Vista é a única cidade a ultrapassar a marca de 70 mil habitantes, ao abrigar 91.211 pessoas, isto é, cerca de 18% do total de indivíduos vivendo na região. O próximo município dentre os mais populosos é Mococa, com quase 70 mil habitantes. Há, ainda, 3 outros blocos de cidades agrupadas segundo suas populações. O primeiro engloba populações entre 40 mil e 60 mil habitantes (São José do Rio Pardo, Espírito Santo do Pinhal e Vargem Grande do Sul). No segundo bloco, encontram-se municípios entre os 30 mil e 10 mil habitantes. Por fim, o terceiro grupo é formado por cidades com menos de 10 mil habitantes (Águas da Prata, Itobi e Santo Antônio do Jardim). Todos os municípios possuem menos de 100 mil habitantes (cidade média-pequena), sendo que 7 dos 16 possuem menos de 20 mil habitantes. Além disso, existe uma concentração populacional no município de São João da Boa Vista. Portanto, algumas características demográficas influenciadas pelo



total da população podem não representar o contexto de todos os municípios, especialmente os menores.

Quanto ao crescimento populacional, entre 2018 e 2019, a região teve um aumento na ordem de 0,4%, o que a qualifica com o segundo menor crescimento na comparação com as demais regiões de articuladores. Essa variação populacional entre os anos de 2018 e 2019 nos 22 municípios é heterogênea. Enquanto o crescimento chega a ser negativo em alguns municípios (Tapiratiba, São Sebastião da Gramma, Santo Antônio do Jardim e Divinolândia) em outros se assemelha às regiões de maiores crescimentos de São Paulo (Santa Cruz das Palmeiras e Aguaí). As primeiras posições com os maiores crescimentos possuem populações intermediárias para a região, em torno de 30 e 40 mil habitantes.

Em relação a composição etária e por sexo, se destaca o uso de indicadores como o índice de envelhecimento, razão de sexo e razão de dependência. O índice de envelhecimento da região foi de 67 habitantes com mais de 65 anos para cada 100 jovens com menos de 15 anos, valor superior ao índice médio de envelhecimento do estado de SP. Comparada às demais 27 regiões, S. J. da Boa Vista é a 7ª com maior proporção de idosos do estado. No tocante a razão de sexo, o valor do indicador foi

de 99 homens para cada 100 mulheres, o que é um valor superior ao índice estadual de 95. Nove dos 16 municípios possuem razão superior a 99 e desses, 6 contradizem a tendência de maioria numérica feminina e possuem a maioria da população masculina. Ainda é interessante notar que as populações mais femininas, são também municípios com altas colocações no ranqueamento de população total. Nesse sentido, uma possibilidade é verificar se essas são populações mais urbanizadas, pois as cidades com essas características tendem a ser mais femininas, enquanto as mais rurais tendem a ser mais masculinas.

A razão de dependência é a 7ª maior de todo o estado, com 44,4 pessoas economicamente dependentes (inferior a 15 ou superior a 65 anos) para cada 100 pessoas em idade economicamente ativas. Apesar da diferença em relação à região com maior razão de dependência (Vale do Ribeira - 49,1) observa-se baixa variabilidade deste índice entre as 28 regiões. Ou seja, existe uma população grande em idade produtiva comparada à população dependente em todo o estado de SP e S. J. da Boa Vista possui, proporcionalmente, uma das menores. Como sua população idosa é maior proporcionalmente que a média do estado, ao mesmo tempo em que uma parte da população ativa é inferior à média estadual -especialmente



a feminina- esse cenário parece ter contribuído para uma população mais dependente.

Coerente com essa base mais estreita da pirâmide, em termos de fecundidade, a região ocupa a 24ª colocação no estado e sua taxa de fecundidade, em 2018, foi de 1,55 filho/mulher (abaixo da média estadual, 1,68). Quando a fecundidade está abaixo de 2,1, índice considerado de reposição populacional, a futura demografia estadual e regional será muito possivelmente afetada. Contraditória a essa tendência de inversão da pirâmide -e com ele o maior controle de natalidade e planejamento familiar- a região costuma ter fecundidade mais alta entre as mulheres mais jovens comparada ao estado (entre os 15 e início dos 20 anos); enquanto as mulheres por volta dos 30 anos, em S. J. da Boa Vista, tendem a ter comparativamente menos filhos. Em relação aos índices de mortalidade, os 16 municípios somaram 3.973 óbitos (1,3% do total estadual), maior que sua representação da população estadual de 1,1%. Possivelmente, essa mortalidade maior pode ter relação com sua população mais envelhecida. No tocante à taxa bruta de mortalidade (indicador que revela a proporção do número de óbitos por 1.000 habitantes), a região possui 8 óbitos/1.000 habitantes (superior à média estadual de 6,6. Importante, ainda, atentar-se para alguns municípios em que a mortalidade bruta é maior

do que a média estadual. Das 16 cidades, 7 possuem mortalidade bruta maior do que a da Região, com destaque para os índices de 10,3 e 10,0 de Águas da Prata e Divinolândia respectivamente. Santo Antônio do Jardim, também chama atenção pois possui uma das menores populações com crescimento negativo e é a 3ª maior em mortalidade. Essa correlação entre menores populações e maiores mortalidades chama atenção nas primeiras colocações.

2.2 Características educacionais

A primeira análise consiste no número de matrículas por docente (indicativo de sobrecarga do sistema educacional). A região apresenta números próximos ou inferiores de matrículas por docente quando comparada ao estado na maioria das etapas de ensino. Ou seja, apresenta menos sobrecarga. Exceção ocorre na educação infantil, já que a pré-escola se apresenta mais sobrecarregada em matrículas por docente. Pode-se caracterizar S. J. da Boa Vista como um local dependente do ensino público em todas as etapas de ensino e acima da média estadual. Nessa linha, existe concentração entre 83% e 98% das matrículas na rede pública dependendo da etapa de ensino (infantil, fundamental, médio e EJA). Novamente, a educação infantil é a de maior discrepância, mas dessa vez por possuir maior



participação de matrículas em escolas públicas comparada ao estado (+28%).

Com relação ao ensino profissional e técnico, destaca-se o fato de a modalidade predominante ser o curso concomitante e o curso subsequente ao ensino médio. Em ambos os casos existe uma sobrecarga de matrículas por docente quando comparados ao estado, especialmente no técnico concomitante (63,4 ante 41,4, no estado). A dependência da rede pública é muito superior à estadual, são 90% das 6.307 matrículas desta modalidade de ensino provenientes da rede pública. Mais de 50% dos inscritos nos cursos técnicos se concentram em Elétrica ou Informática. Perfil esse de concentração bem acima do estado. Automação também chama a atenção com 14,9% dos inscritos. Essa concentração pode acontecer tanto por uma demanda mais industrial do mercado da região, como pela falta de oferta de outros cursos. A exemplo, os eixos: Agricultura, Civil, Desenvol. Educacional, Desenvol. Educacional e Social, Design e outros 12 eixos que não são contemplados pelo ensino técnico de S. J. da Boa Vista.

Na educação superior São João da Boa Vista carece de instituições federais. Suas organizações acadêmicas são ou centros universitários, que representam a grande maioria, ou faculdades. Metade das matrículas se concentra em Negócios, Administração e

Direito, juntamente com Saúde e Bem Estar. Estas duas últimas podem ter sido influenciadas pelo fato de as faculdades serem mais focadas em certas áreas, como exatas e saúde. Por outro lado, no eixo temático Educação S. J. da Boa Vista possui 35% menos concentração de matrículas no ensino superior. Artes e humanidades; ciências sociais, jornalismo e informação, ou não possuem instituições ou estão sub-representadas, em termos da participação nas matrículas.

Assim como no estado, na região a maioria das matrículas e instituições do ensino superior é privada, porém em termos de participação estadual as públicas representam 1%, enquanto as particulares 0,4%. S. J. da Boa Vista conta com: 1 instituição de ensino superior estadual, duas municipais, nenhuma instituição federal e 5 privadas.

Quanto ao IDEB, de 2019, 93,8% dos municípios apresentaram notas abaixo da meta para os anos finais do ensino fundamental, acima dos números também elevados de 89,3% no Estado. Assim como no estado a Região chama atenção por um grande declínio na qualidade da educação à medida em que se avançam dos anos iniciais do fundamental para os finais do ensino médio.

2.3 Características da área de saúde



Os 16 municípios da região respondem por cerca de 2,3% (ou 2.977) do total de 86.020 de estabelecimentos de saúde disponíveis no estado. Aqui não é possível concluir se esses estabelecimentos são o suficiente para sua população (503.718 habitantes) e para seus 16 municípios. O que é possível verificar é que a região se mostra sobrerrepresentada quando tal participação é confrontada com a sua parcela na distribuição da população estadual (1,1%). Nota-se que há na região a ênfase na rede ambulatorial de média complexidade (assim como a média estadual), com disponibilidade em mais da metade dos estabelecimentos de saúde na região de S. J. da Boa Vista (69,8%). A participação de atendimento ambulatorial de atenção básica é ofertada em 26,1% dos estabelecimentos frente ao índice estadual de 33%. As outras modalidades de atendimento (ambulatorial de alta complexidade e hospitalar de média e alta complexidade) variam de 2,7% a 0,4% dos estabelecimentos, ainda que com percentuais pequenos, são semelhantes à situação média do estado.

A região possui níveis muito superiores de disponibilidade de leitos de internação hospitalar na rede pública do SUS, quase o dobro do estado. Já na rede privada, os leitos estão sub-representados (10% a menos). Mas é na categoria leitos em UTI que a região sinaliza atenção. Estes leitos são inferiores em

disponibilidade tanto no SUS (46% a menos) quanto na rede privada (70% a menos). A distribuição dos leitos não ocorre de maneira homogênea, 4 dos 16 municípios (Santo Antônio do Jardim, Aguai, Águas da Prata e Itobi) não possuem nenhum leito de internação disponível. Desses, Sto. Antônio do Jardim é o de maior população (36.305 habitantes) e o único que também não possui nenhum respirador. Outros 11, com populações que chegam até 43 mil habitantes, não ultrapassam 3 respiradores por município. Isso pode significar um agravamento para o enfrentamento da atual pandemia de COVID-19.

As causas mais comuns de internação na região foram: gravidez, parto e puerpério; seguida de doenças do aparelho digestivo, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório, além de lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas. A principal causa, gravidez parto e puerpério, se encontra acima da média estadual (20% superior), o que destoa da sua taxa de fecundidade inferior à média estadual (1,55% ante 1,68%). Outras internações que se destacaram acima do quociente do estado foram: doenças da pele e do tecido subcutâneo (50% superior), algumas doenças infecciosas e parasitárias (40%

superior), seguida de algumas afecções originadas no período perinatal (20% superior).

O perfil de mortalidade na região difere do padrão das internações com a maioria dos óbitos causada por: doenças do aparelho circulatório, seguido de neoplasmas [tumores] e doenças do aparelho respiratório, totalizando mais de 60% das mortes na região de S. J. da Boa Vista. Desses, doenças do aparelho circulatório e do aparelho respiratório possuem percentuais acima do estado (em torno de 10% superior). É importante ressaltar também que os tumores apresentaram incidências superiores ao estado em mortes, porém não apareceram nas primeiras causas de internação, o que sinaliza um ponto de atenção. Uma possível associação entre a maior proporção de morte por tumores, poderia ser a população mais envelhecida. Outras comorbidades, ainda que não sejam as principais causas de morte, chamam atenção por estarem acima do quociente do estado, com destaque para: doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários (60% superior), transtornos mentais e comportamentais (40%), doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (20% superior). Por fim, também acima da média estadual, estão as doenças do sistema digestivo (20% superior), uma das principais causas de internações e a 4ª maior causa de morte.

2.4 Características da Assistência Social

A região apresenta participação de equipamentos de serviços públicos, no geral, superior à sua participação na população de SP. Porém, essa participação tem variação quando analisados os equipamentos separados por tipo. No caso do Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – a região não possui nenhum equipamento. Nos demais equipamentos analisados a participação é superior à participação em população, embora a análise não explicita diretamente os efeitos da implementação das políticas públicas por esses aparelhos. A cobertura das políticas de assistência social na região é coerente no CRSA (1,6% ou 18 unidades), no CREAS (2,7% ou 8 unidades), no Centro DIA de Referência para Pessoa com Deficiência (2,2% ou 182 unidades), e na Unidade de Acolhimento (2% ou 31 unidades). Este é responsável pelo acolhimento institucional a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos.

Entre as 38.910 (0,9% do total estadual) famílias cadastradas no CadÚnico, a região possui um perfil diversificado (indígenas, agricultores familiares, famílias de assentamentos de reforma agrária, de catadores de materiais recicláveis e em

situação de rua). A região se destaca pela maior proporção de famílias de catadores de materiais recicláveis em relação ao total de cadastrados (0,8% ou 312 famílias ante a média estadual de 0,83%), diferente do estado em que a maior concentração dos cadastros são famílias em situação de rua, na região esta categoria fica em segundo lugar de concentração e bem abaixo do estado (0,56% ou 216 famílias ante a média estadual de 1,47%). Mas é entre as famílias de agricultores que S. J. da Boa Vista ganha destaque, com proporção de cadastros 25% superior. A composição desse perfil é um importante indicador da configuração das famílias vulneráveis da região e deve estar no mapa de qualquer diagnóstico de intervenção.

Com relação ao Cadastro Único e à extrema pobreza, a região possui menos cadastrados (21%) do que a média das demais regiões (23%). Dentre os cadastrados, o percentual de habitantes em situação de extrema pobreza também é inferior que a do estado, representando 7% do total de sua população, ante 8,7% no restante do estado. Em resumo, comparativamente ao estado a região possui um menor percentual de pessoas de baixa renda cadastradas e menor percentual de pessoas em extrema pobreza, porém ainda representa um contingente numérico muito relevante de pessoas, em especial em situação de extrema pobreza (35.743 habitantes).

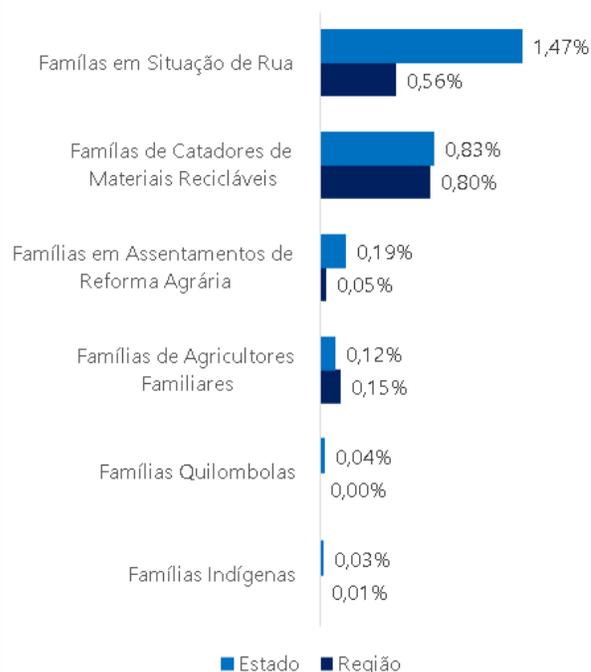


Figura 2: Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico em comparação com o perfil estadual

Com relação à transferência de renda, o principal programa pelo qual cidadãos recebem auxílio financeiro é o Bolsa Família. A região ocupa a 13ª menor colocação com aproximadamente 9,2% de sua população recebendo o benefício com um ticket médio de R\$ 57,89, valor inferior ao estado. Outra modalidade de transferência de renda que ganhou espaço em tempos recentes, devido à pandemia da COVID-19, foi o auxílio emergencial. S. J. da Boa Vista ocupa posição mais alta, a 4ª menor em percentual de beneficiados pelo programa, com 8,1% da sua população recebendo o auxílio emergencial (média estadual de 9%). Assim, é possível

perceber que a demanda por auxílio emergencial na pandemia demonstrou-se menor que a média estadual e maior que a demanda da população regional pelo auxílio da bolsa família.

Em relação aos indicadores de desenvolvimento usados aqui, S. J. da Boa Vista, apresentou diferenças nas classificações quando analisados o IDHM e o IPRS. No primeiro caso, a região chama atenção pela menor classificação, também abaixo da média estadual, ser referente à educação, com desempenho médio. Enquanto renda é classificada como alta, ainda que menor que a média estadual e longevidade muito alta, similar à média estadual. Já no IPRS, a região apresenta valores mais altos que o estado para a dimensão Educacional e valores mais baixos para a dimensão de Renda e Longevidade comparada ao estado. Longevidade se mantém a de maior índice entre as três, assim como em IDHM, porém dessa vez, menor que o estado. Vale ainda ressaltar que, quando se compara as médias municipais das demais regiões, a região de S. J. da Boa Vista, mesmo com a Educação acima da média em IPRS, não possui destaque nessa dimensão (19ª maior colocação).

Quando IPRS da região foi dividido por municípios e posteriormente pela população, em ambos os casos a região concentra mais

municípios e população com baixa riqueza. Na distribuição por municípios parece existirem mais extremos, pois ao mesmo tempo que os dinâmicos e vulneráveis possuem maior percentual que o estado, os em transição possuem representação bem menor. Já na distribuição por população o total da população dinâmica fica 20% abaixo do estado e com quase 3 vezes mais proporção de pessoas em situação de vulnerabilidade. Por outro lado, o percentual da população desigual é 96% inferior.

3. A dimensão econômica

3.1 PIB regional

Na comparação do PIB da região em relação à média estadual e às demais 27 regiões analisadas, S. J. da Boa Vista destoa com PIB per capita quase 32% menor do que a média do Estado, o que a coloca com o 3º menor PIB per capita de SP. Isso está em linha com os níveis da renda do IDHM e do IPRS da região, que se posicionam abaixo da média estadual. Também corrobora o maior percentual de municípios e população com baixa riqueza. No comparativo entre os municípios pertencentes à região de S. J. da Boa Vista podemos perceber maior PIB per capita no município de S. J. da Boa Vista, Mococa e São José do Rio pardo, correspondendo de 116% a 119% do PIB regional. Enquanto, Águas da Prata, Caconde,

Itobi e Santa Cruz das Palmeiras possuem 70% do PIB regional médio. Ou seja, além do PIB de S. J. da Boa Vista estar entre os mais baixos, algumas localidades podem ter valores até 30% menores.

Ainda é interessante perceber que um PIB baixo não é sinônimo de maior desigualdade, uma vez que, como visto, tanto em famílias em situação de pobreza como em extrema pobreza, a região se posicionou abaixo do estado. Além disso, a longevidade está na média estadual. Assim, uma possível relação, seria averiguar se a população teve acesso à renda de forma indireta através do usufruto de serviços públicos básicos, como saúde e educação.

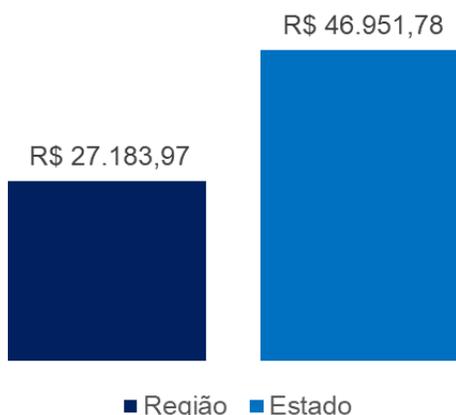


Figura 3: PIB per capita na região de S. J. da Boa Vista em comparação com a média estadual

Na análise do PIB setorial comparada ao estado, a maior diferença positiva é observada na representatividade do PIB proveniente da agricultura (10% frente a 2% do estado), o que

demonstra sua vocação para a agricultura e que geralmente tende a gerar menores valores de PIB per capita. Também se destaca para cima o PIB proveniente da administração pública (15% frente a 10% do estado), o que pode significar maior participação dos serviços públicos no atendimento das demandas locais e no desenvolvimento da região.

Os setores de serviços e comércio são responsáveis por mais da metade (55%) da produção econômica da região, embora seja menor em proporção comparada à média estadual. A indústria na composição do PIB regional, é ligeiramente inferior comparado à média estadual, (20% frente a 21%), indicando que essa não é uma vocação da região.



Figura 4: Composição do valor agregado ao PIB na região e no Estado de São Paulo

3.2 Vínculos empregatícios e rendimentos

Na análise dos vínculos formais por porte de empresa é possível compreender que, apesar da distribuição do número total de empresas, em termos de porte, serem similares na região de S. J. da Boa Vista e no restante do Estado,

verifica-se maior importância de micro e pequenas empresas na geração de vínculos empregatícios na região. Este resultado demonstra que tais classificações de empresas empregam mais pessoas, em média, em S. J. da Boa Vista, do que no restante do Estado. A diferença é compensada especialmente no nível de emprego das grandes empresas, que, em média, empregam menos pessoas na região do que no restante do Estado.

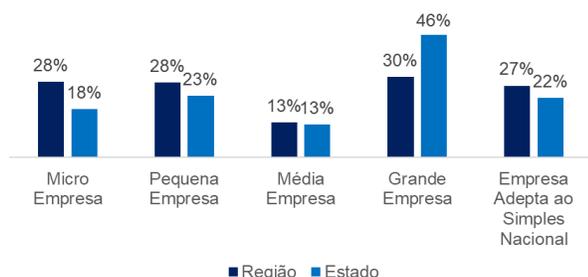


Figura 5: Participação de vínculos formais por porte de empresa na região de S. J. da Boa Vista

Por se tratar de uma região com PIB mais baixo, com maior enfoque agrícola em relação ao estado, o rendimento médio dos trabalhadores formais é inferior àquele observado no restante do estado, independentemente do porte da empresa. A região se destaca como a 4ª menor em rendimento médio (R\$ 2.222,79 em 2018), ou seja, trabalhadores na região de S. J. da Boa Vista ganham o equivalente a 68% da média estadual no agregado das rendas.

A adesão ao Simples Nacional é inferior ao estado, uma vez que na região 50% das

empresas estão incluídas neste regime de tributação ante 57% no restante do Estado.

3.3 Formalidade e informalidade dos vínculos empregatícios

No que tange à informalidade, apesar da ausência de informações detalhadas em nível municipal, é possível estimar que o número de pessoas atuando informalmente está possivelmente entre os maiores no estado. Para cada 1000 habitantes entre 15 e 65 anos há 322 vínculos formais, o que coloca S. J. da Boa Vista como a 5ª região com menos vínculos formais em relação à população em idade economicamente ativa frente as outras regiões.

Um aspecto importante no processo de formalização da economia e de acesso do trabalhador ao sistema de seguridade social se refere aos microempreendedores individuais (MEI's). Para analisar a importância dos MEI's nas diferentes regiões do estado foram analisados o número total de registros ativos por região. Os resultados são apresentados de forma relativa à população em idade economicamente ativa (15 a 65 anos). A região apresenta 78 MEI's registrados para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos, o que corresponde a 2ª menor nesse quesito comparada as demais 28 regiões. Este indicador variou entre 78 - região de Barretos - até 100 - município de São Paulo (Capital Leste



e Capital Sul). Este resultado não dá muitos indícios da tendência empreendedora da região comparada às demais, mesmo com o baixo índice de vínculos formais. Esse tipo de modalidade jurídica (MEI) é usualmente utilizada para pequenos negócios ou prestação de serviços, portanto é coerente não ter se destacado, uma vez que S. J. da Boa Vista apresentou percentual inferior em participação no PIB nessa modalidade e um perfil mais agrícola.

3.4 Atividades econômicas

A análise dos setores produtivos, por meio do quociente locacional calculado com base no número de vínculos formais por atividade produtiva. Dentre as MPE's e considerando a economia total, se destacam as atividades relacionadas à agricultura e à pecuária com representatividade conjunta de quase 6% dos vínculos formais e quociente locacional acima de 5 pontos quando comparada ao Estado. Neste sentido, atividades industriais relacionadas à cadeia produtiva do agronegócio, como abate e produtos de carnes e produtos alimentícios também se destacam regionalmente. Tais características são observadas tanto o conjunto da economia quanto para as MPEs. Vale lembrar que, a agropecuária é um dos pontos focais do SEBRAE-SP.

Quanto as demais atividades industriais, apesar de não ser a vocação da região, se destacam as de: fabricação de produtos minerais não metálicos (4,4% dos vínculos); fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos (4% dos vínculos totais; fabricação de produtos de borracha e de material plástico (3% dos vínculos) e; fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamento (2,8%). Tais atividades apresentaram quociente locacional acima de 1,5 e se destacaram tanto para o conjunto total de atividades quanto para as micro e pequenas empresas. O setor de construção civil apresentou 3.1% dos vínculos formais, porém seu quociente locacional performou pior na região do que no Estado. Na categoria de serviços se destacam os setores de transporte terrestre e os setores de intermediação financeira, seguros e previdência complementar. Entretanto, estes setores se destacam apenas se considerarmos o contexto das MPEs. Por fim, o comércio por atacado e varejo é responsável pela maior participação dos vínculos formais, 33,6% e apresenta quociente locacional de 1,3. O que destaca a importância deste setor na economia regional comparada também com o restante do estado. O mesmo se verifica quando se consideram apenas as MPEs nas análises da região.

Sobre o setor agropecuário, que é um dos pontos focais do SEBRAE-SP, a região de S. J.

da Boa Vista apresenta participação de 67% da agricultura familiar entre os estabelecimentos agrícolas (superior aos 65% do estado). Dentre os estabelecimentos agrícolas, cerca de 32% aderem a algum tipo de associação (semelhante aos 34% do estado), em especial a cooperativas. O que demonstra um potencial a ser explorado por essa modalidade, já que o setor agropecuário destoa mais na região que na média estadual. Quanto à assistência técnica, 45% dos estabelecimentos agrícolas têm acesso a algum tipo de apoio às suas atividades, superior aos 40% do estado. Destacam-se entre os provedores, a assessoria própria (24,5% do total) e de cooperativas (16,8%). As assessorias provenientes do governo são as que mais se distanciam para baixo quando comparada ao restante do estado (1,7% na região ante 9,7% no estado).

Por fim, em distribuição dos estabelecimentos por atividade, a pecuária e criação de outros animais (35,2%) e a produção de lavouras permanentes (40,5%) são as mais proeminentes. Sendo que, a a produção de lavouras permanentes está 150% superior, comparada ao estado, indicando uma possível vocação da região em lavouras permanentes. Por outro lado, produção de sementes e mudas, a participação da produção florestal (plantadas e nativas), além de pesca são as que possuem

os menores números de estabelecimentos e são inferiores ao estado em proporção.

3.5 Emprego e níveis de ocupação

Sobre a análise do nível de emprego no contexto pandêmico, a situação estadual é a seguinte: aumento da taxa de desocupação, estabilidade na taxa de participação na força de trabalho (total de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas ou desocupadas), redução no mês de julho de pessoas ocupadas afastadas do trabalho por conta do isolamento social, redução no mês de julho de pessoas ocupadas em trabalho remoto, aumento do percentual de pessoas não ocupadas e que não estão procurando trabalho por causa da pandemia, redução da Taxa de Informalidade e impactos negativos no nível do rendimento efetivo das pessoas ocupadas. Os dados entre os meses de janeiro e julho de 2020 revelam que houve fechamento de vagas formais na região, resultado observado em praticamente todo o estado. Considerando os meses a partir de janeiro e o contexto de pandemia, a região apresentou saldo negativo de -15.888 empregos formais e ligeira recuperação no mês de julho (+1.188).

S. J. da Boa Vista demonstrou, no geral, menos impacto que a média do estado com relação à movimentação de emprego em todos os meses, de janeiro a julho. As direções das

movimentações foram negativas nos setores de agropecuária e de indústria. A agropecuária que foi 13% positiva no estado e que sinalizou como vocação da região, na pandemia performou negativamente 2,3% em geração de empregos formais. Supreendentemente, o setor de comércios e serviços apresentou, na região, direção positiva. Assim, mesmo que no estado este setor tenha sido mais afetado pela pandemia, na região ele se destacou e foi o responsável pelo saldo positivo observado. Também é interessante observar que as médias e grandes empresas performaram positivamente, enquanto as micro e pequenas foram mais afetadas. Esse cenário colocou a região como a 3ª com menos empregos formais desligados comparados aos admitidos, o que se deve especialmente, ao crescimento em comércios e serviços.

4. Dimensão Institucional

4.1 Gestão fiscal

A região possui um nível de receita per capita abaixo da média estadual e com pouca heterogeneidade nesse aspecto entre seus municípios. A região teve uma receita per capita (R\$ 3.072,81) menor do que a observada no estado (R\$ 3.910,65). Por outro lado, esse índice regional, quando comparado entre seus municípios não demonstrou muita discrepância. Os de maiores índices Casa Branca, Santo

Antônio do Jardim e São João da Boa Vista possuem rendas entre R\$3.800 e R\$3.600, já os de menores, Santa Cruz das Palmeiras, Itobi, Aguaí, Mococa e Espírito Santo do Pinhal, estão entre R\$2.400 e R\$2.700.

Outra característica regional é a maior dependência de receitas de transferências comparada às médias estaduais. O que parece coerente com o perfil mais agrícola apresentado pela região comparado às demais regiões.

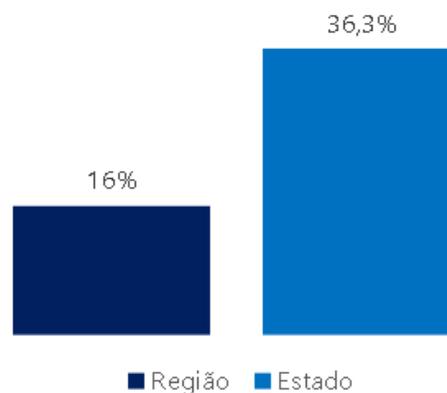


Figura 6: Participação Da Receita Própria

Assim, na composição das transferências na região observa-se que, em 2018, o percentual de transferências de S. J. da Boa Vista foi superior ao padrão do restante do estado com as transferências da região representando 136% da média de transferências do estado. Essas transferências se devem especialmente ao nível federal (44%).

Do ponto de vista das despesas, a região possui um valor de gastos *per capita* inferior ao restante do estado (R\$ 2.581,32), a 4ª menor comparada às demais regiões. O perfil de gastos acompanha a distribuição estadual, estando os maiores gastos concentrados nas áreas de Saúde (26%) e Educação (29%). Lembrando que tanto a educação como a saúde se encontram ligeiramente superiores ao estado. O que pode reforçar a tese mencionada anteriormente de acesso indireto à renda através do fornecimento de serviços públicos básicos. A região também possui um maior percentual de gasto com pessoal como proporção da receita corrente líquida que a totalidade do estado – 45,1% na região e 42,6% na média estadual. Entretanto, isso não impactou diretamente na maior proporção de municípios acima dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Assim, 14 dos 16 municípios estavam, no ano de 2018, em conformidade com a LRF fiscal. Observa-se que outros 2 municípios não apresentavam dados sistematizados para essa análise.

Os indicadores de capacidade de pagamento² (CAPAG) municipais mostram que a região possui uma proporção de municípios com nota CAPAG final mais altas do que o observado nas demais cidades do estado. Apesar disso, as

notas de Endividamento e Liquidez indicam um possível gargalo para uma melhor saúde fiscal dos municípios da região.

4.2 Instrumentos de planejamento setorial

De maneira geral, nacionalmente e dentro do contexto estadual, existe enorme discrepância na implementação dos instrumentos de planejamento setorial, pois a regra é que políticas cuja indução federativa ou exigência legal a torne mandatória tende a gerar maior implementação desses instrumentos. Esta é a situação de áreas como saúde (exigência do SUS), educação (exigência do Plano Nacional de Educação) e Assistência Social (exigência do SUAS). Por outro lado, políticas cujo planejamento é mais dependente da vontade política no âmbito da autonomia municipal tendem a ser bem menos planejadas, como ocorre em áreas como políticas para mulheres e segurança alimentar. Estas duas últimas se agravam ainda mais em S. J. da Boa Vista que no restante do estado, não existindo nenhum município com planejamento municipal de políticas para as mulheres ou com planejamento em segurança alimentar. Em nível intermediário encontram-se setores como resíduos sólidos (81% dos municípios em S. J. da Boa Vista) e habitação (44% dos municípios

² A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União.

em S. J. da Boa Vista). Estes possuem legislações federais mais recentes, caso do Plano Nacional de Resíduos Sólidos cuja prorrogação para sua implantação nas cidades foi estendida, ou contam com incentivos federais menores, caso do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Ainda assim, se apresentaram superiores na região comparados à média estadual. Além de políticas para as mulheres e segurança alimentar, também o transporte, a cultura e assistência social, podem ser melhor trabalhados quando comparado ao estado.

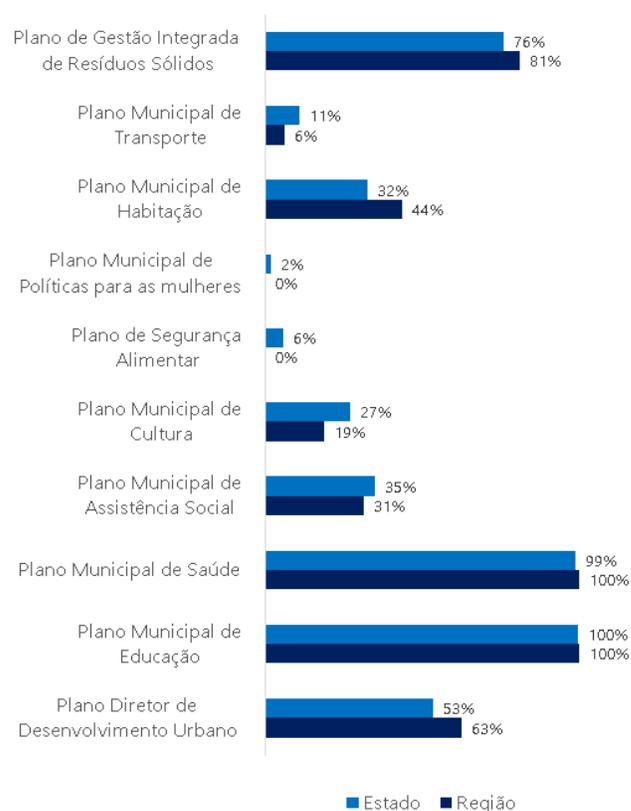


Figura 7: Existência de Planos Setoriais nos municípios por tema

4.3 Instrumentos de planejamento territorial: consórcios intermunicipais

O nível de participação dos municípios em consórcios pode ser explicado por razões similares: áreas com esquemas mais propensos à colaboração federativa se destacam no associativismo territorial, como é o caso da saúde. Todavia, por esse mesmo raciocínio deve-se investigar porquê em resíduos sólidos o número de consórcios é bem mais reduzido na média estadual (o Plano



Nacional de Resíduos Sólidos determina que cidades que desejem receber transferências voluntárias da União devem estar consorciadas, o que pode gerar indução negativa, embora essa seja uma hipótese a ser mais bem investigada). S. J. da Boa Vista segue ainda abaixo da tendência estadual e não possui nenhum dos seus municípios consorciados, frente aos 16% do estado. Políticas cujas regras federativas são menos favoráveis a esse tipo de arranjo apresentam números menos alvissareiros, como ocorre com a educação. O único ponto de destaque da região é o grande número de consórcios em saúde (88% dos municípios frente a 37% do estado). Em resumo, baseado nos dados apresentados pela pesquisa de 2015, a região de S. J. da Boa Vista não possui nenhum consórcio em 9 das 12 categorias e das 3 em que possui algum município consorciado, somente saúde se destaca acima do estado.

4.4 Instrumentos de gestão de fomento ao empreendedorismo

Em relação à performance comparada da região em relação às demais 28 do restante do estado, os dados revelam que S. J. da Boa Vista se mostra da seguinte maneira em relação à implementação dos instrumentos de gestão

local: a) Lei Geral (50% dos municípios); b) Via Empresa Rápida (75% dos municípios); c) Sala do Empreendedor (19% dos municípios) e; d) presença de unidade do Sebrae Aqui (31% dos municípios)³. Estes tópicos podem orientar as ações de suporte técnico do SEBRAE-SP. Tais considerações são ainda mais importantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação.

No uso do poder de compras a região se divide igualmente entre o nível intermediário (25%) e o nível avançado (25%), valores estes acima do estado. Em relação aos agentes de desenvolvimento, a região possui mais municípios classificados como avançados (50%) em relação à média estadual (36%). Na Rede Simples, a região ocupa uma posição também melhor em relação à média estadual no nível intermediário (69% ante 44% do estado) e menor no básico (31% ante 56% do estado). Novamente, dada a importância desta temática e defasagem dos dados disponibilizados se faz necessário discutir estes resultados com os participantes das oficinas.

4.5 Políticas de apoio ao associativismo e cooperativismo

³ Dados disponibilizados pelo ER de S. J. da Boa Vista e em fase de revisão final para análise dentro do Mapeamento Técnico.



A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema de associativismo e cooperativismo mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa presença mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal. O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. A grande maioria dos profissionais que respondem pelas políticas de inclusão produtiva não possuem empreendedores nas suas famílias.

Constata-se que 70,5% possuem serviço de inspeção municipal, mas há uma oportunidade para o SEBRAE-SP atuar para que os demais municípios atendam ao disposto na legislação nacional. Há presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores, como é usual nos setores de coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural. Para o SEBRAE-SP, esses dados reforçam a importância de

capacitar as prefeituras para seguir atuando e ampliando suas iniciativas para atender esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda. Por outro lado, indica que, dada a presença expressiva desses grupos, há espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras para desenvolver ações de formalização e de estruturação das organizações, por exemplo, por meio de sua inserção como MEIs ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades, como as que envolvem economia solidária e outras propostas alternativas.

Em relação às preferências das prefeituras quanto ao perfil dos grupos com os quais desenvolver iniciativa de coleta e separação de resíduos sólidos e apoio a produtores rurais, constata-se que grupos informais sem CNPJ, cooperativas e associações são igualmente relevantes. Assim, para o tipo de apoio que o SEBRAE-SP pode ofertar às cidades, a pesquisa mostra que considerar esses três perfis de entidades seria importante. Por fim, relativo a este tema, a implementação de feiras é uma alternativa amplamente utilizada nas cidades, ainda que possa ser avaliada a possibilidade de sua expansão. Para tanto, deveria ser identificado o perfil desse município, sobretudo seu porte populacional e economia local, para avaliar-se oportunidade de incentivos nessa direção. Esta é mais uma área



de atuação para o SEBRAE-SP na sua relação de apoio técnico às prefeituras.

4.6 Compras governamentais

Quanto aos resultados da pesquisa primária que representam o Estado, o perfil de respondentes foi composto majoritariamente por diretores e secretários municipais, com perfil etário jovem e de alta escolaridade. Como resultado, 38,2% se autodeclarou empreendedor e 67,7% afirmou possuir um empreendedor na família, mostrando como esta característica está correlacionada com a gestão municipal. Quase a totalidade dos municípios (97,7%) usa do site da prefeitura para publicidade na gestão das compras e menos de 30% utilizam portais de pregão (públicos ou não). Cerca de um terço afirmou que utiliza controle manual para gestão dos contratos de compras públicas e 13,6% afirmaram que não possuem planejamento anual de compras. Esses últimos indicadores mostram que existe um espaço para modernização e melhoria das práticas de gestão nas compras municipais.

Em 86,4% das cidades existe algum tipo de planejamento anual de compras, com uma grande parcela que também frequenta cursos de atualização e capacitação no Tribunal de Contas do Estado. Há um grande volume de programas de incentivo à agricultura familiar, enquanto o cadastro de empreendedores ainda

é incipiente. Quanto à composição da merenda escolar, na maioria das cidades existem produtores familiares locais (85,4%). A maior parte da alimentação escolar é composta de frutas (89,2%) e vegetais (89,9%), além da presença relevante de outros produtos regionais.

Analisando-se os dados secundários detalhados para a região de S. J. da Boa Vista é perceptível o espaço para evolução no processo de compras municipais de maneira geral, bem como nas compras de produtos alimentares municipais. Em especial na melhora da formalização das compras e sua menor flexibilidade dada ao percentual inferior ao estado em utilização da fonte do tesouro. Para a localidade de S. J. da Boa Vista se destaca o elevado nível de compras utilizando o mecanismo de dispensa de licitação, que em linhas gerais é previsto para situações excepcionais e de emergência descritas no artigo 24 da lei de licitações (Lei 8666/93). Este é um indicador relevante que indica o menor desenvolvimento das áreas responsáveis por compras nesta região em comparação com o restante do Estado.

4.7 Inclusão produtiva

A pesquisa de inclusão produtiva mostrou um universo diversificado, cujo perfil gerencial é similar às demais áreas investigadas. A



característica dominante das ações municipais: capacitação técnica e profissional, geração de trabalho, suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades para o SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.

Quanto aos temas dos cursos de capacitação ofertados predominam três frentes: confecção, beleza e padaria e confeitaria. O segundo bloco de atividades se concentra em informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos. Apenas baseado nesses dados descritivos não é possível gerar-se inferências, contudo pode-se sugerir pistas para a atuação do SEBRAE-SP. A primeira diz respeito a saber se os cursos são organizados pelo lado da oferta (habilidades existentes nos governos locais) ou pelo lado da demanda (são temas requeridos pela população). Ademais, excluída construção civil, a ampla maioria das ações são voltadas para o setor de serviços.

Com relação às entidades que ofertam atividades de capacitação, a prefeitura é o órgão amplamente dominante, seguido do Sistema S como parceiro. Em terceiro lugar, o papel menos proeminente do governo estadual por meio da atuação do Centro Paula Souza. Os

sindicatos vêm em quarto lugar e, por fim, a ação mais reduzida de ONGs.

Sobre o suporte financeiro para a realização das capacitações, bem como para apoiar a presença de alunos, os maiores provedores são as prefeituras e suas secretarias municipais responsáveis por essas políticas públicas. Sindicatos, ONGs, empresas e recursos federais por meio do ACESSUAS são secundários nesse processo. Em termos mais específicos, lanches são as despesas mais custeadas do que o transporte para estimular a frequência de alunos nos cursos.

Particularmente sobre o ACESSUAS, a cooperação federativa, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas. A questão é saber se se trata de um problema dos incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

O número médio de alunos atendidos mostra que, 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês. Por outro lado, 15% das cidades atendem, em média, mais de 100 pessoas mensalmente. Esta é outra área que merece atenção do SEBRAE-SP para identificar as possibilidades de aportar apoio às prefeituras, visando ampliar a quantidade de alunos atendidos.



No tocante às ações de inclusão produtiva, S. J. da Boa Vista possui somente 1 dos seus 16 municípios (6%) dispondo de diagnósticos ou estudos sobre desafios dessa área, menor ainda que o percentual já baixo do estado de 15%. Isso demonstra um aspecto a ser melhorado. É significativo o número de cidades com ações de inclusão na região, tanto rural (28% do total) como para a geração de trabalho e renda (88% do total). Porém, há ainda um contingente não desprezível de cidades nas quais, especialmente, a inclusão rural não figura como políticas públicas. Trata-se de agravante quando o relacionamos ao perfil agrícola da região e a como esse setor foi afetado regionalmente na pandemia, muito acima da média estadual.

No campo das ações de inclusão produtiva rural, os municípios investem mais em programas de compras da agricultura familiar – correspondente a 67% dos estabelecimentos agrícolas - que é seguido de acesso ao crédito e ações de fomento às atividades produtivas. Ainda assim, os maiores percentuais revelam poucos municípios, uma vez que são relativos aos únicos 6 municípios que realizam algum tipo inclusão rural. Por exemplo, compras de agricultura familiar (83%) está presente em somente 5 dos 16 municípios totais da região. Na área da inclusão produtiva urbana, o fomento às atividades produtivas de artesanato

e de coletivos urbanos assumem destaque, apesar disso não passam de 4 municípios contemplados e ainda estão abaixo do percentual estadual. As demais categorias de inclusão, apresentam percentuais ainda menores, contemplam de 0 a 3 municípios.

No contexto das ações de crédito e microcrédito, a grande maioria das cidades da região (12 de 16) desenvolve esse tipo de ação (no estado são 60% das cidades). Destaque para a disponibilidade de instrumentos como Banco do Povo (10 municípios). Por outro lado, é muito menos usual a existência de ações de microcrédito produtivo, sendo essa uma realidade que, na região, está abaixo da média do estado, bem como de acesso a crédito do Proger. Por fim, nas ações de geração de trabalho e renda, sua existência é representativa nas cidades, mas quase 30% ainda não possui iniciativas nesse campo. O foco das ações parece bem equilibrado e orientado a projetos de apoio ao associativismo, cooperativismo e economia solidária.

Em suma, as ações de inclusão produtiva, seja considerando a opinião média dos municípios paulistas, seja baseado em dados secundários da região de São João da Boa Vista, mostram que se trata de uma política melhor trabalhada no urbano do que no rural, ainda que a agropecuária demonstre ser uma vocação da região. Apesar de amplamente trabalhada em algumas ações específicas, como as de crédito

e microcrédito, não é pequeno o número de cidades que não possuem iniciativas em outros âmbitos, como ações de aquisição de alimentos para atender a demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, entre outros (somente em 2 municípios). Portanto, ainda existe um espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.

5. Considerações Finais

Considerando a análise realizada, vê-se que o leque de oportunidades para a melhora no ambiente econômico, social e institucional na região de S. J. da Boa Vista é bastante expressivo. Nesse sentido, esse capítulo final elenca as questões mais importantes que podem embasar políticas públicas regionais e a atuação do SEBRAE-SP. Para facilitar a leitura, as questões são apresentadas em forma de tópicos.

1. Importância de considerar o perfil predominante de médios municípios na região (70% deles de 25 mil até 50 mil habitantes), o que possui implicação no tipo de política pública e de assessoria técnica. Nesse caso, para gerar economia de escala, o consorciamento e outras modalidades de associativismo podem ser ampliadas e qualificadas. População com

um nível de envelhecimento acima da média estadual e menor população infantil, indicando inversão da pirâmide, o que afeta a disponibilidade da PEA, influencia a dinâmica econômica e o perfil do gasto público regional em áreas como saúde e assistência social.

2. Maior tendência de inversão no gráfico etário (população mais envelhecida e menos jovem), o que, nesse caso, implicou em maior razão dependência. Ou seja, menos população ativa disponível para a população dependente comparada ao estado.
3. A população mais envelhecida também parece ter influenciado a taxa de mortalidade regional, que se apresentou superior ao estado no geral, bem como superior em ambos os sexos de forma separada.
4. Maior participação de escolas públicas no geral no ensino básico e em todas as etapas comparada ao estado, em especial, na educação infantil. Porém, é também na educação infantil, mais especificamente na pré-escola, em que se encontra a única sobrecarga de matrículas por docente mais discrepante que a média do estado.
5. Qualidade da educação segundo IDEB nos anos finais e iniciais do ensino fundamental se qualificam abaixo do estado, com menor percentual de municípios acima da meta.

Segue a tendência de redução dos municípios acima da meta, do ensino médio anos iniciais para os anos finais, que acontece no estado como um todo e se agrava mais ainda na região. O consorciamento se apresenta como uma saída oportuna, visando realizar a capacitação de professores e demais trabalhadores da educação, a exemplo do que ocorre com a experiência da Câmara Técnica de Educação do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP).

6. Nos cursos técnicos é verificada sobrecarga de matrículas por docente no curso técnico concomitante (63.4 alunos a cada 1 docente). Problema esse que demonstrou estar mais associado à falta de docentes do que à quantidade de estabelecimentos.
7. Cenário majoritariamente público da educação técnica destoa positivamente ante o estado. A região consegue atender a 90% das matrículas dessa categoria, sendo a esfera estadual a maior em representação.
8. Concentração de mais da metade dos cursos técnicos em informática e elétrica. Essa concentração pode acontecer tanto pela orientação da demanda do mercado da região, como pela falta de oferta de outros cursos e indução da qualificação concentrada nessas áreas.
9. No curso superior, o perfil se altera, quase metade das matrículas se concentram em negócios, administração e direito, juntamente com Saúde e Bem Estar. O que possivelmente pode ter relação com a maior oferta desses cursos na rede particular que contempla a maioria das matrículas.
10. Possui estrutura hospitalar significativamente superior em relação às demais regiões do estado com maior concentração em equipamentos ambulatoriais de média complexidade, enquanto os demais estão todos abaixo da média. Em número de leitos pela rede SUS, permanece acima da média estadual, sobretudo pelo alto número de leitos oferecidos pelo SUS, rede pública.
11. A posição da região é significativamente inferior em leitos hospitalares em UTI, tanto na rede pública de saúde como na privada, o que coloca a São João da Boa Vista como a segunda menor ante as outras regiões paulistas. Diante do perfil mais envelhecido da população, a saúde pública parece ser uma área com desafios maiores, ainda mais considerando que essa demanda deve crescer no cenário pós-pandemia. Também a respeito da baixíssima disponibilidade de respiradores, a questão do consorciamento seria uma resposta essencial de ser construída ou aprofundada.

12. A assistência social se encontra mais bem posicionada no quesito oferta de equipamentos públicos (exceto no caso de Centro POP) e aparenta menor vulnerabilidade social devido ao número de famílias no Cadastro Único que ser menor que a média estadual, bem como em extrema pobreza. Ainda assim, é importante políticas de inclusão produtiva, pois ainda é relevante que 7% de toda sua população esteja em extrema pobreza. O que se agrava na maioria dos seus municípios (9 dos 16).
13. A região possui significativa participação de famílias de agricultores nos registros do CadÚnico. Já em valores totais se destacam as famílias de catadores (312) e as famílias em situação de rua (216). O que sinaliza possibilidade de apoio e fomento desses grupos através de consórcios.
14. Ainda que não seja das mais discrepantes, existe disparidade econômica regional. O que sugere programas redistributivos visando equalizar essas diferenças. Também é importante avaliar como esse tema transversal consegue ser inserido nos consórcios intermunicipais ou mesmo orientar ações coordenadas pelo SEBRAE-SP de modo a fortalecer o desenvolvimento regional.
15. Economia regional com destaque para agropecuária e com grande predominância da agricultura familiar. Atividade industrial é ligeiramente menor em relação à média estadual. Os setores de serviços e administração pública são importantes para a economia regional, superando a média estadual, o que indica caminhos para orientar os benefícios de planos territoriais de desenvolvimento para potencializar e diversificar esses setores. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.
16. No campo da economia criativa, ainda que a região seja caracterizada pela presença da agropecuária, deveria ser analisada as possibilidades de conectar a modernização econômica aliada às vocações regionais dominantes.
17. A Quantidade de MPEs é maior que a média estadual. Ações visando a qualificar a gestão dessas empresas e de capacitação de mão-de-obra podem ser particularmente importantes, sobretudo considerando os números médios de capacitados captados pela pesquisa primária, que indicam existir um amplo espaço para incrementar a oferta de cursos e atividades de educação profissional.
18. Informalidade alta na região que indica um espaço potencial para a expansão dos MEIs tanto na atuação do SEBRAE-SP como das prefeituras. Considerando ainda sua vocação agrícola, a formalização de



associações e cooperativas dentro dessa categoria também pode ser um caminho.

19. Região caracterizada por baixo associativismo entre produtores, o que mostra existir um caminho aberto para incentivar esse tipo de cooperação entre agentes econômicos seja pelo SEBRAE-SP como pelos governos locais. De forma mais específica, sobretudo a agricultura familiar mostra o potencial para o apoio técnico a esses produtores e para o campo das compras governamentais.

20. Outro ponto que corrobora nesse sentido é que somente 6 dos seus 16 municípios possuem pelo menos um tipo de ação de inclusão rural, apesar da sua vocação agropecuária. O que se agrava quando associado à performance negativa desse setor na pandemia frente à performance positiva do estado nesse mesmo período.

21. O PIB per capita da região, coerente com seu perfil mais agropecuário que o do estado, é quase 32% inferior à média estadual. Porém, um PIB baixo não foi sinônimo de maior desigualdade em relação ao estado, uma vez que, como visto, tanto em famílias em situação de pobreza como em extrema pobreza, a região se posicionou abaixo da média estadual. Além disso, a diferença entre seus municípios, nesse indicador, não foi das maiores, sugerindo melhor distribuição.

22. Ainda, apesar do PIB baixo, a longevidade está na média estadual. Assim, algo a se investigar a nível municipal é se a população teve acesso à renda de forma indireta através do usufruto de serviços públicos básicos, como saúde e educação. O que pode ser reforçado pelos gastos em saúde e educação da região apresentarem percentuais superiores ao estado.

23. Gestão fiscal muito dependente de transferências intergovernamentais e com maior volume recebido do governo federal e menos do estadual que o restante do estado. Porcentual médio de receitas próprias não ultrapassa 16% na média. Claramente devem ser identificadas as possibilidades de modernizar a gestão fiscal dos municípios (atualização do valor dos imóveis para a cobrança do IPTU ou a informatização dos cadastros para a cobrança desse tributo e do ISS, por exemplo). Esta é uma área com grande potencial de inovação no setor público municipal.

24. No perfil de gastos a região possui um ligeiro maior percentual de gasto com pessoal como proporção da receita corrente líquida que a totalidade do estado. Isso, porém não parece ter impactado diretamente na proporção de municípios na região acima dos limites impostos pela lei de responsabilidade fiscal, afinal nenhum dos

- 14 municípios com informações estiveram acima dos limites.
25. Ainda assim, melhorar a gestão das despesas com pessoal é um tema que surge em função de a região gastar mais do que a média estadual. Modernizar as práticas de gestão de recursos humanos é uma oportunidade de inovação na gestão pública municipal, bem como pode ser incentivada pelo intercâmbio de experiências regionais em arranjos consorciados.
26. O Planejamento de políticas é heterogêneo e onde mais existem são nas áreas em que há indução ou legislação federal, com exceção de assistência social que, ainda assim, permanece em percentual baixo no estado e menor ainda na região. Nas demais áreas que dependem da iniciativa local os números são bem mais modestos. Em segurança alimentar e políticas para as mulheres, por exemplo, nenhum município apresentou planejamento. Nesse campo existe um amplo espaço de inovação na gestão pública municipal que pode ser realizado por capacitações e assessorias ofertadas pelo SEBRAE-SP. No caso das políticas para as mulheres o pico de mortalidade por volta dos 30 anos, acima da média estadual, pode ser fator de atenção e transversal para tal numa parceria entre o SEBRAE e tais planejamentos municipais.
27. Com exceção da saúde e da Gestão das águas – 50% do percentual estadual – o consórcio nos demais temas – manejo de resíduos sólidos, saneamento básico, desenvolvimento urbano, transporte, meio ambiente, habitação, cultura, turismo, assistência social e educação - sequer figuram como política que é objeto de interesse dos municípios da região. Por isso, os consórcios também demonstram ser uma possibilidade pouco explorada de parceria e planejamento da gestão.
28. Na mesma linha segue a importância da inovação na gestão pública municipal, visando incentivar a melhoria do ambiente organizacional (legislações de desburocratização e fortalecimento das MPEs). A análise realizada mostra que essas políticas públicas possuem um espaço muito significativo para serem expandidas.
29. De forma geral, a inovação na gestão pública municipal surge como um campo profícuo de oportunidades (planejamento municipal, informatização da gestão fiscal e de compras, qualificar a gestão de pessoal, incentivo aos consórcios, dentre outras possibilidades) que podem reforçar uma atuação mais sistemática do SEBRAE-SP). Estas são áreas com grande potencial de inovação no setor público municipal.

30. O consorciamento intermunicipal obedece a uma lógica similar e igualmente é influenciado pela legislação federal. Diante dos números que mostram políticas públicas com menos ênfase no associativismo, o SEBRAE-SP pode ofertar apoio técnico para a instalação de consórcios. Apesar de a região contar com associações de catadores já registradas, em nenhum município foi identificado, por exemplo, o consórcio na área de resíduos sólidos.
31. Políticas de diversidade de gênero, idade e de raça são questões importantes de serem consideradas, pois a pesquisa primária mostra que homens brancos na faixa de 35 a 45 predominam na gestão das políticas de inclusão produtiva, compras governamentais e associativismo e cooperativismo. O que pode impactar também no menor acesso a repasses governamentais destinados à inclusão para a parcela da população fora desse padrão (incluindo mulheres, pessoas negras ou em idade fora da faixa).
32. Incentivo ao cooperativismo de setores informais figura como um campo de enormes possibilidades em face do levantamento realizado pela pesquisa primária. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto.
33. Analisando-se os dados secundários detalhados para a região de São João da Boa Vista é perceptível o espaço para evolução no processo de compras, em especial na melhora da formalização das compras e sua menor flexibilidade dada ao menor percentual que o estado em utilização da fonte do tesouro. Também possui alto nível de uso da dispensa de licitação, quase o dobro do estado, que é previsto para situações excepcionais e de emergência.
34. As ações de inclusão produtiva, considerando a opinião média dos municípios paulistas mostram que se trata de uma política pública amplamente utilizada, ainda que existam diferenças entre as ações. Porém, baseado em dados secundários da região de São João da Boa Vista, é perceptível a limitação da inclusão na categoria rural frente a inclusão urbana. Também não é pequeno o número de cidades que não possuem iniciativas nesse campo, especialmente em certas categorias de inclusão. O que indica um espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.